

Walber de Moura Agra

Manual Prático de Direito Eleitoral



O objetivo deste *Manual Prático de Direito Eleitoral* é fornecer a todos os operadores jurídicos, que de alguma forma se interessam pela seara eleitoralista, elementos imprescindíveis para desvendar as suas fases, começando da estruturação dos órgãos da Justiça até os recursos eleitorais. Sem se descurar do fornecimento de uma boa teoria, o enfoque ocorre baseando-se em casos práticos, com exemplos pululantes, para que os leitores saibam qual o posicionamento das instâncias eleitorais, principalmente do Tribunal Regional Eleitoral.

Mesmo sabendo da importância da jurisprudência, não se parte de superdimensionamento dessa fonte do Direito. Ao contrário, a gênese deve ser o estudo da teórica, que pode fornecer aos estudiosos uma visão sistêmica, para que, partindo-se das premissas básicas, possa-se demonstrar quando as decisões judiciais originam-se de silogismos viciosos.

Autor

Walber de Moura Agra

Manual Prático de Direito Eleitoral

Área Específica

Direito Eleitoral.

Áreas Afins

Direito Público - Direito Constitucional - Direito Eleitoral.

Público-Alvo - Consumidores

Para todos os operadores jurídicos que irão trabalhar nas Eleições de 2016.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000963

A277m Agra, Walber de Moura

Manual prático de direito eleitoral / Walber de Moura Agra. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

294 p.
ISBN 978-85-450-0123-2

1. Direito eleitoral. 2. Direito público. 3. Direito constitucional. I. Título.

CDD: 342.07

CDU: 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Manual prático de direito eleitoral*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 294 p. ISBN 978-85-450-0123-2

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

JUSTIÇA ELEITORAL.....	11
1.1 Órgãos da Justiça Eleitoral.....	11
1.2 Competências dos órgãos da Justiça Eleitoral.....	17
1.2.1 Competência do Tribunal Superior Eleitoral.....	17
1.2.2 Competência do Tribunal Regional Eleitoral.....	19
1.2.3 Competência dos juízes eleitorais.....	22
1.3 Funções da Justiça Eleitoral.....	24
1.4 Divisão territorial.....	29
1.5 Funcionamento da Justiça Eleitoral nas eleições municipais.....	31
1.5.1 Poder de polícia	32
1.5.2 Julgamento das ações e recursos.....	34
1.6 Ministério Público Eleitoral.....	36
1.7 Procurador-geral eleitoral, procuradores regionais eleitorais e promotor eleitoral.....	38
1.7.1 Procurador-geral eleitoral.....	40
1.7.2 Procuradores regionais eleitorais.....	41
1.7.3 Promotor eleitoral.....	43

CAPÍTULO 2

ELEGIBILIDADE.....	45
2.1 Condições de elegibilidade	47
2.1.1 Nacionalidade brasileira.....	47
2.1.2 O pleno exercício dos direitos políticos	48
2.1.2.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.....	49

2.1.2.2 Incapacidade civil absoluta.....	49
2.1.2.3 Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.....	50
2.1.2.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	50
2.1.2.5 Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, §4º.....	51
2.2 Alistamento eleitoral.....	52
2.3 Domicílio eleitoral na circunscrição.....	52
2.4 Filiação partidária.....	53
2.5 Idade mínima, dependendo do cargo a ser postulado.....	55

CAPÍTULO 3

CAUSAS DE INELEGIBILIDADE.....	57
3.1 Inelegibilidades constitucionais.....	61
3.2 Inelegibilidades absolutas infraconstitucionais.....	67
3.3 Inelegibilidades relativas infraconstitucionais.....	76
3.4 Forma de contagem do prazo das inelegibilidades.....	80
3.5 Momento de arguição das condições de elegibilidade e das causas de inelegibilidade	81
3.6 Marco temporal modificativo do <i>status</i> da inelegibilidade superveniente.....	87

CAPÍTULO 4

PARTIDOS POLÍTICOS.....	89
4.1 Criação de partidos políticos.....	89
4.2 Funcionamento dos partidos políticos	91
4.3 Regras específicas do período eleitoral.....	93
4.4 Fidelidade partidária.....	95

CAPÍTULO 5

CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS.....	101
-----------------------------	-----

CAPÍTULO 6

COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA.....	107
---------------------------	-----

CAPÍTULO 7

REGISTRO E AIRC (AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATO).....	113
7.1 Pedido de registro de candidatura.....	113
7.2 Unicidade de registro de candidatos.....	117
7.3 Procedimento do pedido de registro.....	118
7.4 Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	124
7.5 Rito processual.....	129

7.6 Substituição de candidatos.....	130
-------------------------------------	-----

CAPÍTULO 8

PROPAGANDA POLÍTICA.....	133
8.1 Espécies de propaganda política.....	133
8.1.1 Propaganda partidária.....	133
8.1.2 Propaganda intrapartidária.....	137
8.1.3 Propaganda institucional.....	139
8.1.4 Propaganda eleitoral.....	142
8.1.4.1 Propaganda eleitoral antecipada	145
8.1.4.2 Propaganda eleitoral irregular.....	150
8.2 Propaganda eleitoral no período legal.....	154
8.2.1 Propaganda na Internet	162
8.3 Debates	164
8.4 Fiscalização da propaganda e representações por propaganda irregular.....	167
8.5 Direito de resposta.....	171

CAPÍTULO 9

PESQUISAS E TESTES.....	177
9.1 Registro das pesquisas eleitorais.....	179
9.2 Divulgação dos resultados da pesquisa.....	181
9.3 Impugnações.....	182
9.4 Penalidades.....	183

CAPÍTULO 10

FINANCIAMENTO E GASTOS DE CAMPANHA ELEITORAL.....	185
10.1 Financiamento de campanha eleitoral.....	185
10.1.1 Financiamento público.....	186
10.1.2 Financiamento privado.....	187
10.2 G astos eleitorais.....	188
10.3 Prestação de contas.....	192

CAPÍTULO 11

IMPEDIMENTOS LEGAIS: ABUSO DE PODER, CONDUTAS VEDADAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	197
11.1 Abuso de poder.....	197
11.2 Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.....	202
11.2.1 Tipos de condutas vedadas de forma genérica.....	204
11.2.2 Proibição de contratação ou demissão.....	207
11.2.3 Tipos de condutas vedadas em período eleitoral.....	208

11.2.4 Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios.....	210
11.2.5 Sanções legais.....	211
11.2.6 Procedimento legal.....	212
11.3 Improbidade administrativa.....	213

CAPÍTULO 12

AÇÕES ELEITORAIS.....	219
12.1 Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE).....	223
12.1.1 Causas.....	226
12.1.2 Procedimento.....	231
12.1.3 Rito prático da ação de investigação judicial eleitoral.....	233
12.2 Captação ilícita de sufrágio.....	234
12.3 Captação ilícita de arrecadação e gastos eleitorais.....	238
12.4 Ação de impugnação de mandato eletivo.....	240
12.4.1 Procedimento.....	245
12.4.2 Rito prático da AIME.....	247
12.5 Mandado de segurança	248
12.6 <i>Habeas corpus</i>	252
12.7 Ações cautelares.....	255
12.8 Ação rescisória.....	258

CAPÍTULO 13

RECURSOS.....	263
13.1 Recurso eleitoral inominado.....	266
13.1.1 Procedimento do recurso inominado.....	268
13.2 Recurso ordinário.....	270
13.3 Recurso contra expedição de diploma – RCED.....	275
13.3.1 Cabimento.....	277
13.3.2 Rito	279
13.4 Recurso especial.....	281
13.5 Agravo de instrumento.....	284
13.6 Agravo regimental	286
13.7 Embargos de declaração.....	287
13.8 Recurso extraordinário.....	289
Referências	291